



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 13 DE JUNHO DE 2022

LEI Nº 260/2022

CRIA AUXÍLIO TRANSPORTE COMO DIREITO A SER CONCEDIDO AOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS DO MUNICÍPIO DE CONGO (PB), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Constitucional do Município de Congo, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal, propõe o presente Projeto de Lei para apreciação e deliberação da Câmara de Vereadores do Município:

Art. 1º Fica criado o auxílio transporte como direito a ser concedido aos ocupantes dos cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias do Município de Congo (PB), valor destinado a custear a locomoção dos referidos agentes públicos no efetivo cumprimento de suas atribuições legais, com amparo no Art. 9º- H da Lei Federal nº 11.350/2006 e Lei Federal nº 13.708/2018, sendo vedada a incorporação do auxílio aos vencimentos, à remuneração, ao provento ou à pensão, bem como vedada a inclusão na base de cálculo de férias e décimo terceiro;

§1º O referido auxílio será pago aos 05(cinco) Agentes Comunitários de Saúde com atuação exclusiva na zona urbana, no valor de R\$100,00 (cem reais). Os 03(três) Agentes Comunitários de Saúde que atuam, exclusivamente, na zona rural receberão o valor de R\$130,00 (cento e trinta reais). E por fim, os 05(cinco) com atuação mista, zona rural e urbana, receberão o valor de R\$160,00 (cento e sessenta reais);

§2º O auxílio transportes a ser pago aos Agentes de Combate às Endemias será no valor de R\$100,00 (cem reais);

§3º Somente será devido o auxílio transporte em caso de efetiva prestação de serviço;

§4º A partir de 15 (quinze) dias de afastamento das atividades do cargo por qualquer motivo, será cancelada a indenização referente àquele período de afastamento;

Art. 2º O auxílio transporte será pago, mensalmente, devendo ser incluído junto à folha de pagamento do respectivo mês.

Art. 3º Fica vedado o pagamento aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias de qualquer outro auxílio da mesma natureza, e que tenha por finalidade ressarcir despesas com transporte relativas ao exercício de suas funções;

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por dotações orçamentárias específicas constantes no orçamento municipal vigente;

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Congo/PB 13 de junho de 2022.

FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
Prefeita Constitucional